

## Defensoria Pública realiza atendimento à população LGBTQIA+ em situação de rua em BH

*A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) promoveu mais uma ação da “Defensoria Itinerante”. Dessa vez, a assistência foi prestada à população LGBTQIA+ em situação de rua de Belo Horizonte*

O atendimento itinerante às assistidas aconteceu nesta quinta-feira (30/9), na Rua Sergipe, bairro Funcionários, com a participação de defensora e defensor públicos em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH).

Estiveram presentes a defensora pública Júnia Roman Carvalho e o defensor público Vladimir Rodrigues. Para eles, a Defensoria Pública Itinerante amplia as possibilidades de atender e estabelecer uma proximidade com as assistidas e assistidos e os fatos de denúncia.

No atendimento foram feitas denúncias de abordagens homofóbicas e violência moral, física e psicológica cometidas contra mulheres transexuais que estão em situação de rua.



Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG

[Leia a matéria na íntegra](#)

## Defensoria de Minas é finalista em duas categorias do Prêmio Inovação: Judiciário Exponencial

PÁGINA 2

## Defensoria Pública é uma das signatárias do acordo que cria o Núcleo Interinstitucional de Regularização Fundiária

A Defensoria Pública de Minas Gerais é uma das signatárias do Acordo de Cooperação Técnica 248/2021 para a implementação e atuação do Núcleo Interinstitucional de Regularização Fundiária (Nuifref).

Além da Defensoria Pública, aderiram à parceria o TJMG, Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por intermédio da Coordenadoria Estadual das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo; o Estado de Minas Gerais, por meio da Agência de Desenvolvimento

da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sede); o Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais (Cori-MG) e a Associação Mineira dos Municípios (AMM).

[Leia a matéria na íntegra](#)

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



## Defensorias de Minas e do Paraná prorrogam prazo de envio de resumos e artigos para o I Congresso Interdefensorias

PÁGINA 6

### AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Mundo oficial PÁGINA 2
- > Ações em destaque PÁGINAS 3, 4 5 e 6
- > Escola Superior PÁGINAS 7
- > Procedimentos e comunicados internos PÁGINAS 8 e 9

## MUNDO OFICIAL

### Defensor público-geral recebe visita de deputado federal

Nesta terça-feira (28/9), o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, recebeu a visita do deputado federal Lucas Gonzalez.

Participou, também, a chefe de gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias,

No encontro, foram tratados assuntos institucionais.

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



### DPMG prestigia lançamento do programa “Foco Eleitoral – Formação Continuada”, do TRE-MG

No dia 27 de setembro, o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, foi representado pelo assessor Institucional, defensor público Wilson Hallak Rocha, no lançamento do “Foco Eleitoral – Formação Continuada”, programa de capacitação da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MG (Tribunal Regional Eleitoral) para servidoras, servidores, juízas e juizes eleitorais. Também prestigiou a cerimônia o defensor público Marcos Lourenço Capanema de Almeida.



Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG

### Defensoria de Minas é finalista em duas categorias do Prêmio Inovação: Judiciário Exponencial

A Defensoria Pública de Minas Gerais é finalista do Prêmio Inovação: Judiciário Exponencial, nas categorias Liderança Exponencial e Executivo de TI Inovador. A iniciativa acontece durante a 5ª edição do Congresso de Direito, Tecnologia e Inovação para o ecossistema de Justiça (Expojud), entre os dias 5 e 7 de outubro.



*O subdefensor público-geral, Nikolas Stefany de Macêdo Katopodis, foi indicado na categoria ‘Liderança Exponencial’, segmento Advocacia Pública, que reconhece líderes com atitudes empreendedoras dentro das instituições.*



*O superintendente de Tecnologia da Informação, Flávio Júlio Alves Silva, concorre na categoria ‘Executivo de TI Inovador’, que pretende reconhecer os líderes executivos de tecnologias que apoiaram e estimularam a mudança de mindset para inovação e implementaram relevantes projetos de tecnologia, contribuindo para evolução e transformação do sistema de justiça.*

[Leia a matéria na íntegra](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE

### Defensor público-geral se reúne com representantes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, se reuniu com representantes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O encontro aconteceu nesta terça-feira (28/9), no Gabinete da Defensoria-Geral.

A atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais em Brumadinho e a proteção de direitos humanos das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, foram a pauta geral.

Estavam presentes a defensora pública Carolina Morishita e o defensor público Antônio Lopes de Carvalho Filho, ambos em atuação no Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise.

Representando o Ministério, participaram da reunião a secretária Nacional de Proteção Global, Mariana Neris; o diretor de Proteção e Defesa de Direitos Humanos, Herbert Barros; a assessora da SNPG, Karoline Aires; o

secretário-adjunto de Promoção da Igualdade Racial, Esequiel Espírito Santo; e o coordenador da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, Reinaldo Las Cazas.

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Representantes do Ministério, defensor-geral e defensores conversam sobre a atuação da DPMG em Brumadinho

### Defensoria Pública participa de homenagem às vítimas de Brumadinho

O defensor público-geral participou, no dia 27 de setembro, da homenagem em memória das vítimas do rompimento da barragem Córrego do Fundão, em Brumadinho. Na solenidade, foi lançado o livro “Opção pelo risco: causas e consequências do rompimento da barragem de Brumadinho – A CPI da ALMG”.



A obra é uma síntese do relatório final da CPI da Barragem de Brumadinho, fotos que ilustram diferentes aspectos da tragédia e depoimentos de familiares das vítimas. O objetivo, segundo o relator da CPI, deputado André Quintão, é

proporcionar uma reflexão sobre a necessidade de mais segurança e sustentabilidade na atividade mineradora.

Na cerimônia, o defensor-geral disse que a tragédia jamais será esquecida. “É uma mancha na história de Minas Gerais e agradecemos à Assembleia Legislativa por não deixar que a dor da perda de 272 joias, de seus familiares e demais vítimas seja minimizada. Pelo trabalho de fiscalização e busca, junto com as instituições envolvidas, de respostas para a população de nosso Estado”, ressaltou Gério Patrocínio.

O defensor-geral parabenizou aos envolvidos que, assim como a Defensoria Pública, trabalham para garantir voz e vez às vítimas. “Parabéns todos os envolvidos na busca pela Justiça, reparação dos danos e na elaboração desta obra. Sem dúvida, este material é mais um passo para imortalizar o acontecido e a oportunidade de transformar esta mancha na história mineira em dias melhores, evitando assim que novas tragédias envolvendo mineração e barragens venham a acontecer.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## DPMG participa de rodada de discussões para repactuação do acordo de reparação de Mariana

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participou, nesta quarta-feira (29/9), de mais uma rodada das discussões mediadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) voltadas à Repactuação do Rio Doce. O objetivo é garantir mais celeridade e efetividade ao processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, em 2015.

A reunião teve a presença do governador de Minas Gerais, Romeu Zema. Pela Defensoria Pública participaram o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares e a defensora pública Carolina Morishita Mota Ferreira, em atuação no Núcleo Estratégico de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise.

Governador Romeu Zema e representantes de instituições participam da rodada de discussões na Cidade Administrativa – Marcos Evangelista/Agência Minas

Participaram também os conselheiros do CNJ, Luiz Fernando Bandeira de Mello e Flávia Pessoa; o presidente

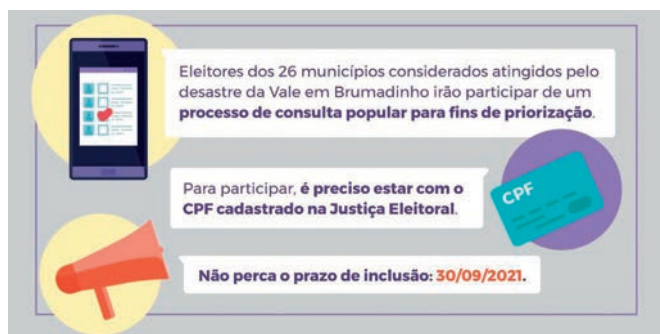


Governador Romeu Zema e representantes de instituições participam da rodada de discussões na Cidade Administrativa – Marcos Evangelista/Agência Minas

do TJMG, Gilson Soares Lemes; o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior; além de representantes das Advocacias Públicas, dos Ministérios Públicos da União e do Espírito Santo, Defensorias da União e do Espírito Santo, Fórum de Prefeitos, da Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## Orientação a pessoas atingidas por rompimento da Vale em Brumadinho sobre documentação para participar da consulta popular



Moradores dos 26 municípios atingidos pelo rompimento das barragens da Vale em Brumadinho precisam ter o CPF registrado em seu cadastro junto à Justiça Eleitoral para participar do processo de consulta popular para fins de priorização da reparação socioeconômica, previsto para ocorrer ainda este ano (veja ao fim do texto o material para download e para divulgação sobre esta orientação).

A consulta popular será promovida pelos compromitentes do Termo Judicial de Reparação – Governo de Minas Gerais, Ministério Público Federal, Ministério Público de Minas Gerais e Defensoria Pública de Minas Gerais.

Poderão participar eleitores dos 26 municípios considerados atingidos, com CPF cadastrado na Justiça Eleitoral. As pessoas atingidas que recebem o Pagamento Emergencial da Vale estão automaticamente habilitadas ao processo.

No caso do público eleitor, a priorização será referente ao município de domicílio eleitoral, nas eleições regulares.

Alguns eleitores dos 26 municípios atingidos não possuem o CPF registrado no cadastro da Justiça Eleitoral.

Para garantir a verificação de tais informações e se assegurar de que conseguirá participar da consulta popular, o cidadão precisa verificar se seu CPF está registrado e, caso o documento não conste em seu cadastro eleitoral, realizar a inclusão.

### Saiba como fazer:

Acesse a seção “Título e local de votação – Consulta por nome” no site do Tribunal Regional Eleitoral – TRE-MG, utilizando o seu CPF no primeiro campo e preenchendo em seguida a data de nascimento e o nome da mãe. Caso consiga completar a consulta e, na página seguinte, o CPF apareça como um dos dados, isto quer dizer que este dado consta na base da Justiça

Eleitoral e, portanto, não há necessidade de seguir para o próximo passo.

Se o cidadão identificar que o seu CPF não está cadastrado, ao seguir o passo anterior, poderá realizar a inserção por meio do “Atendimento on-line – Título Net”, também no site do TRE-MG, até o dia 30/09/2021. Acesse a cartilha para ver o passo-a-passo para realizar o procedimento.

### Material para download

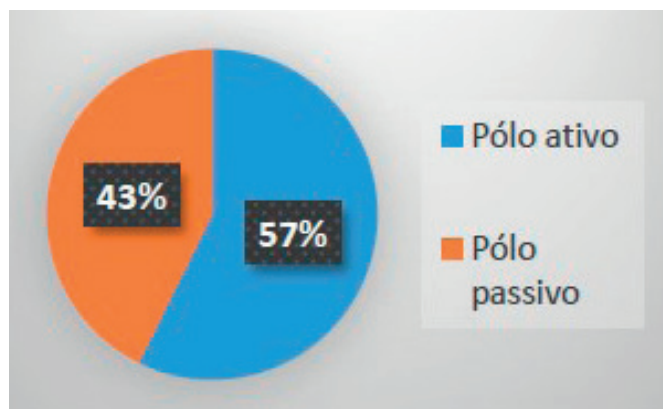
Os compromitentes do Termo de Reparação produziram materiais informativos, sobre a atualização cadastral, para divulgação nos 26 municípios considerados atingidos. Os arquivos estão disponíveis para download no link abaixo.

[Cartilha digital](#)

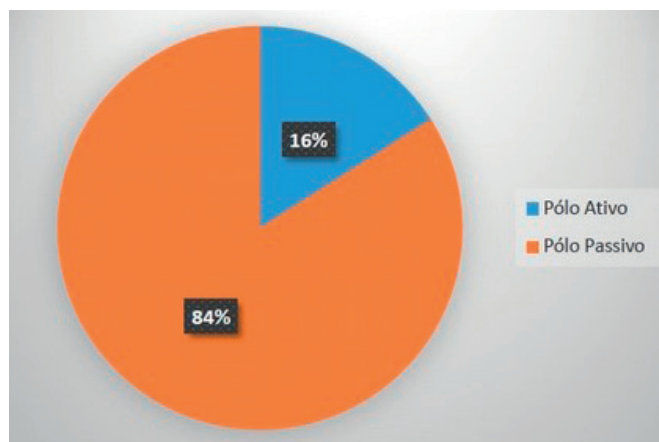
[Cartaz digital](#)

## Estudo da DPMG demonstra bom índice de aproveitamento dos recursos providos no STJ

No primeiro semestre de 2021, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) atingiu 45% de recursos providos no Superior Tribunal de Justiça. Os números se referem tanto às intimações recebidas nas áreas Cível e Criminal em que a DPMG atuava pelo recorrente, como também de recursos por ela contrarrazoados.



Considerando o total de decisões favoráveis, cíveis e criminais, do semestre, em 411 decisões a DPMG atuou pelo recorrente. Atuando pelo recorrido, a DPMG totalizou 306 decisões providas no Superior Tribunal de Justiça. Os números se referem tanto às intimações recebidas nas áreas Cível e Criminal em que a DPMG atuava pelo recorrente, como também de recursos por ela contrarrazoados.



Considerando o total de decisões favoráveis cíveis do semestre, em 100 decisões a DPMG atuou pelo recorrido e em 19 pelo recorrente

Os dados foram apresentados no “Estudo sobre as decisões dos Recursos e HC’s levados ao STJ pela Defensoria Pública de Minas Gerais ou por ela contrarrazoados, no 1º Semestre de 2021”. O levantamento foi produzido pelo Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores da DPMG, em Brasília.

[Clique aqui para ler o estudo completo](#)

## DPMG em Uberaba se reúne com complexo regulador da Saúde no município

Os defensores públicos Fabio Gandara Bettoni e Valéria Ferraz, da Defensoria Pública de Minas Gerais em Uberaba se reuniram no dia 28 de setembro com representantes do Complexo Regulador Municipal de Uberaba. No encontro foram tratadas questões referentes a intimações e gerenciamento de vagas em leitos hospitalares.

Além dos defensores públicos, participaram a secretária adjunta de Saúde, Valdilene Rocha Costa Alves; o coordenador do Complexo Regulador, Irálio Ferreira Fedrigo; o analista de Direito do Complexo Regulador Municipal, Matheus Carvalho Assumpção de Lima; e a estagiária da DPMG, Jordana Antunes Souza Santos.



Defensores Fabio Bettoni e Valéria Ferraz, acompanhados do coordenador do Complexo Regulador, Irálio Fedrigo, e do analista de Direito do Complexo, Matheus Carvalho

[Leia a matéria na íntegra](#)

## Defensoria Pública de Minas empossa mais uma defensora pública aprovada no VIII Concurso

Na sexta-feira (1º/10), em Sessão Extraordinária do Conselho Superior, o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares deu posse à nova defensora pública Alessandra Caldeira Fadini, aprovada no VIII Concurso de provas e títulos para ingresso na carreira da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.



*Alessandra Fadini: “espero servir com minhas mãos, voz e coração a missão tão linda da Defensoria Pública de promover direitos, justiça e igualdade”*



DPG Gério Soares em seu pronunciamento durante a cerimônia de posse

Parabenizando a nova defensora pública e seus familiares, o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, destacou a beleza e a força decorrentes de sua honra e gratidão aos ancestrais. O DPG deu as boas-vindas à nova defensora pública e colocou-se à disposição da colega.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## Inscrições abertas para o Mutirão ‘Direito a Ter Pai 2021’ da Defensoria Pública de Minas Gerais

*Iniciativa anual da DPMG busca o exercício do direito à paternidade, além de fomentar a estruturação da família, principal referência na formação de vínculos de afetividade, sociabilidade e identidade das crianças. O Mutirão já realizou quase 60 mil atendimentos, desde sua primeira edição, em 2011*

Quem quiser participar deve ficar atento ao período de inscrição, que vai de 20/9 a 22/10.

Belo Horizonte e mais 55 unidades no interior do estado participam da iniciativa. Devido à pandemia de Covid-19, em algumas unidades as inscrições e o atendimento do Mutirão serão realizados de forma remota e, em outras, presencialmente.

Todo o serviço é gratuito e contempla exames de DNA e reconhecimento espontâneo de paternidade e maternidade. Para participar do mutirão, o solicitante deverá comprovar a ausência do nome do pai ou da mãe na certidão de nascimento.



[Leia a matéria na íntegra, veja as unidades do interior participantes e como se inscrever](#)

**Expediente e atendimentos presenciais e remotos na DPMG**

Veja aqui os canais de atendimento e as Resoluções Conjuntas 002, 006 e 007/2021

**NA MÍDIA**

NOTÍCIAS DA DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS  
Acesse e acompanhe as notícias da Defensoria

<https://defensoria.mg.def.br/imprensa/deu-na-midia/>

## ESCOLA SUPERIOR

### Minicurso Sistema Prisional e Grupo de Hipervulneráveis

#### 4º encontro: Estrangeiros

Na sexta-feira (24/9), o defensor público Rodrigo Murad do Prado, participou do quarto encontro do minicurso “Sistema Prisional e Grupo de Hipervulneráveis”. Na conversa o defensor abordou a questão dos estrangeiros no sistema prisional.

Rodrigo Prado destacou principalmente a importância de se entender sobre políticas migratórias – como a Lei de Migração – movimentos migratórios e os conceitos relacionados à migração. Além disso, falou a respeito do termo crimigração, ato de criminalizar de forma estereotipada o comportamento de estrangeiros imigrantes no país.

Ele pontuou também sobre o poder punitivo, xenofobia e a criminalização dessa parcela da população, que se torna vítima e suspeita frente à sociedade. “Os imigrantes

não passam a ser vistos como pessoas que precisam de acolhimento, mas sim como pessoas estigmatizadas e visíveis aos agentes do poder punitivo”, concluiu Rodrigo.

O defensor finalizou ressaltando sobre o papel e atribuição de defensoras e defensores públicos no modo de lidar com a estigmatização dos estrangeiros e, ainda, a respeito da necessidade da criação de mecanismos para proteção e esclarecimento à população imigrante, com o objetivo de viabilizar o acesso dessas pessoas à justiça.



### Defensorias de Minas e do Paraná prorrogam prazo de envio de resumos e artigos para o I Congresso Interdefensorias



As Defensorias Públicas de Minas Gerais e do Paraná, por meio da Escola Superior da DPMG (Esdep) e da Escola da DPE-PR (Edepar), prorrogaram o prazo de inscrições para submissão de resumos e artigos científicos a serem apresentados durante o “I Congresso Interdefensorias de Acesso à Justiça: desafios e perspectivas na garantia de direitos no contexto pós-pandêmico”.

Os envios dos trabalhos devem ser realizados até 22 de outubro de 2021, via formulário. Os links para os formulários de envio estão disponíveis no edital.

O evento, no formato híbrido, ocorrerá entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro de 2021 e será transmitido pelo canal do Youtube da Edepar (c/escoladedefensoriapublicadodestadodoparana) e da Defensoria de Minas (c/defensoriamineira), bem como parte presencial na sede da Defensoria Pública do Estado do Paraná em Curitiba

